

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDEM DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Plenário
  - 3.2 – Comissões
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATA**



## ATAS

### ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/6/2019

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista, Doutor Jean Freire e Doutor Paulo, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Carlos Arantes, André Quintão, Duarte Bechir e Coronel Henrique. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a situação da Santa Casa de Caridade de Formiga. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* dos Srs. Daniel, recebido em 11/6/2019, solicitando ajuda desta Casa, visto que seu medicamento para psoríase (Stelara), que é de alto custo, encontra-se em falta na farmácia do Estado, sem previsão de compra e a Promotoria de Justiça não consegue resolver (SIC 81.419); e Bruno Augusto, recebido em 12/6/2019, informando que não consegue o remédio ciclosporina 100 mg na Farmácia do Estado, que o medicamento é fundamental para a manutenção da saúde do seu filho, e solicitando informação de quando o medicamento será distribuído (SIC 81.405). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.357/2015, no 2º turno (deputado Doutor Jean Freire); 18/2015, no 2º turno, e 364/2019, no 1º turno (deputado Doutor Paulo). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.318/2016 (relator: deputado Doutor Paulo) na forma do Substitutivo nº 1. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido à votação, é aprovado o Requerimento nº 1.452/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.795/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para assegurar o cumprimento do art. 6º da Lei

Complementar nº 141, de 2012, que dispôs que os Estados devem aplicar anualmente, no mínimo, 12% da arrecadação de impostos em ações e serviços públicos de saúde;

nº 2.796/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os resultados obtidos pelo grupo de trabalho que foi instituído pela Resolução Conjunta SES/Seplag/Setop nº 247, de 4 de fevereiro de 2019, com a finalidade de promover estudos e propor medidas para viabilizar a implantação dos Hospitais Regionais de Além Paraíba, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Nanuque, Novo Cruzeiro, Sete Lagoas e Teófilo Otoni;

nº 2.797/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Administração Pública para debater as propostas do governo estadual para a manutenção da prestação de assistência à saúde dos servidores estaduais pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg;

nº 2.798/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para fortalecer os pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial – Raps – no âmbito da Política de Saúde Mental e para regulamentar a Lei nº 22.460, de 2016, que estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelas comunidades terapêuticas no Estado;

nº 2.799/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para alteração do Decreto nº 44.761, de 2008, que dispõe sobre a prestação de contas dos recursos transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social e do Fundo Estadual de Saúde, por meio de resoluções, de modo a inserirem-se dispositivos que permitam aos municípios tanto a devolução dos recursos recebidos fundo a fundo para a construção de unidades de saúde quanto o investimento com recursos próprios para o término das obras, com vistas a solucionar o problema das unidades de saúde com obras paralisadas e a regularizar a prestação de contas dos municípios a essa secretaria;

nº 2.800/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para equacionamento da questão dos restos a pagar relativos às ações e serviços públicos de saúde, com vistas a cumprir o disposto na Lei Complementar Federal nº 141, de 2012, considerando-se que o Relatório de Gestão apresentado por essa secretaria demonstra que as ações que dependem de recursos estaduais estão com execução extremamente baixa;

nº 2.801/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as propostas do governo do Estado para a gestão das unidades hospitalares da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig;

nº 2.802/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as diretrizes da atual Política de Saúde Mental no Estado;

nº 2.803/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as diretrizes e a execução da Política de Saúde Indígena no Estado;

nº 2.804/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a Política de Saúde Mental no Estado, apresentando-se prioridades e detalhamento da destinação de recursos orçamentários;

nº 2.805/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o plano de gestão da Fundação Ezequiel Dias – Funed –, detalhando destinação orçamentária, alocação de pessoal e planejamento de produção;

nº 2.808/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre nomeações, realização de concursos, plano de carreira dos servidores, bem como o fornecimento de organograma da referida secretaria com a lotação dos servidores por áreas;

nº 2.809/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para implantação de diretrizes e metas da saúde aprovadas nos eixos temáticos do Plano Decenal de Políticas para Mulheres do Estado de Minas Gerais, em atendimento a proposta deliberada na IV Conferência Estadual de Políticas para Mulheres;

nº 2.811/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para reativação, bem como apresentação de cronograma de funcionamento e plano de trabalho do Comitê Técnico de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis – Comitê Técnico LGBT –, conforme previsto na Resolução SES/Sedpac/SEE nº 207/2016, de 17 de novembro de 2016;

nº 2.813/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a assinatura do acordo de cooperação técnica entre essa secretaria e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual, visando ao cumprimento das ações e metas propostas pelo Comitê Estadual de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual – Ceahvis –, em consonância com o Decreto nº 46.242, de 15 de maio de 2013;

nº 2.815/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para reativação, bem como apresentação de cronograma de funcionamento e plano de trabalho do Comitê Técnico de Saúde Integral da População Negra, conforme previsto na Resolução Conjunta SES/Sedese/Sedpac nº 220, de 17 de maio de 2017;

nº 2.817/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para implantação, bem como apresentação de cronograma de funcionamento e plano de trabalho do Comitê Técnico de Saúde Integral da População do Campo, da Floresta e das Águas, em consonância com a pactuação do Plano Estadual de Saúde – PES – 2016-2019;

nº 2.820/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para pagamento do incentivo financeiro para cofinanciamento da Atenção Primária à Saúde, estabelecido por meio da Resolução SES/MG nº 5.816/, de 19 de julho de 2017;

nº 2.826/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para pagamento dos recursos em aberto destinados à Política Estadual de Promoção à Saúde, instituída por meio da Resolução SES/MG nº 5.250, de 19 de abril de 2019;

nº 2.828/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para pagamentos dos recursos em aberto destinados à Rede Cegonha e à Casa de Apoio à Gestante e Puérpera;

nº 2.829/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para pagamento dos recursos em aberto, destinados à Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, que estabelece a regulamentação, a operacionalização e as diretrizes e normas para organização da Rede de Atenção Psicossocial – Raps –, instituída por meio da Resolução SES/MG nº 5.461, de 19 de outubro de 2016;

nº 2.830/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para reativação e apresentação de cronograma de funcionamento e plano de trabalho do Comitê Estadual de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal e comitês regionais do Estado;

nº 2.836/2019, do deputado Carlos Pimenta, do deputado Doutor Jean Freire, do deputado Doutor Paulo e do deputado Doutor Wilson Batista, em que requerem seja encaminhado à presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –

pedido de providências para criação de linha de crédito para os hospitais regionais, com o objetivo de promover sua reestruturação financeira.

Em seguida, são aprovados o relatório da audiência de convidados que teve por finalidade a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado da Fazenda relativa ao primeiro quadrimestre de 2019, o qual encaminha os Requerimentos n<sup>os</sup> 2.795 e 2.836/2019 acima mencionados; o relatório da audiência de convidados que teve por finalidade a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019, o qual encaminha os Requerimentos n<sup>os</sup> 2.796 e 2.797/2019 acima mencionados; e o relatório da audiência pública que teve por finalidade a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado da Saúde relativa ao primeiro quadrimestre de 2019, o qual encaminha os Requerimentos n<sup>os</sup> 2.798 a 2.805, 2.808, 2.809, 2.811, 2.813, 2.815, 2.817, 2.820, 2.826, e 2.828 a 2.830/2019, acima mencionados. Passa-se à 1<sup>a</sup> Fase da 3<sup>a</sup> Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Monique Fernanda Félix Ferreira, diretora de Políticas e Gestão Hospitalar da SES, representando o secretário da pasta; Myriam Araújo Coelho, gestora executiva da Santa Casa de Misericórdia de Formiga; Joice Alvarenga Borges Carvalho e Wilse Marques Faria, vereadoras da Câmara Municipal de Formiga; Adriana Michele da Silva, gestora do Município de Bambuí; e os Srs. Eugênio Vilela Júnior, prefeito municipal de Formiga; Marcos Antônio Caetano, superintendente administrativo da Santa Casa de Formiga; Leandro Pimentel da Silva dos Santos, secretário de Saúde do Município de Formiga; Ailton Costa Faria, prefeito municipal de Pimenta; Yuri Amorim Braga, diretor técnico da Santa Casa de Formiga; Luiz Augusto da Silva, secretário municipal de Saúde de Pains; Evandro Donizetti da Cunha, presidente da Câmara Municipal de Formiga; Antônio Monteiro Júnior, advogado da Santa Casa de Formiga; Christian Gonçalves, vice-prefeito da Prefeitura municipal de Iguatama; Flávio Martins da Silva, Flávio Santos do Couto, Marcelo Fernandes de Oliveira; Mauro César Alves de Sousa e José Geraldo da Cunha, vereadores da Câmara Municipal de Formiga. A presidência concede a palavra ao deputado Professor Cleiton, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2<sup>a</sup> Fase da 3<sup>a</sup> Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

n<sup>o</sup> 2.550/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – pedido de providências para que viabilize a promoção de programa social que permita o acesso de idosos e pessoas carentes aos serviços prestados nas Termas Antônio Carlos, em Poços de Caldas, haja vista os benefícios dos tratamentos termais para a saúde;

n<sup>o</sup> 2.601/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja realizada audiência pública para discutir a implementação de um novo modelo de atendimento às pessoas com epilepsia no Estado;

n<sup>o</sup> 2.638/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para viabilização de recursos para manutenção do Hospital Regional do Sul de Minas, localizado no Município de Varginha;

n<sup>o</sup> 2.839/2019, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Segurança Pública e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para debater as condições do atendimento de equoterapia prestado pelo Regimento de Cavalaria da Polícia Militar de Minas Gerais;

n<sup>o</sup> 2.843/2019, dos deputados Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Carlos Pimenta e André Quintão, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de providências para habilitar o Município de Muriaé na gestão plena do sistema municipal de saúde;

n<sup>o</sup> 2.844/2019, do deputado Carlos Pimenta, do deputado Doutor Wilson Batista, do deputado Doutor Paulo e do deputado Coronel Henrique, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para revisão da

contratualização da Santa Casa de Caridade de Formiga com o Estado, tendo em vista que a instituição aprovou, na Pactuação Programada e Integrada – PPI – com municípios da microrregião, novas Autorizações de Internação Hospitalar – AIH – a serem realizadas;

nº 2.845/2019, dos deputados Duarte Bechir, Carlos Pimenta, Doutor Paulo, Doutor Wilson Batista e Coronel Henrique, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para habilitação do Município de Formiga em gestão plena do Sistema Municipal de Saúde;

nº 2.846/2019, dos deputados Duarte Bechir, Carlos Pimenta, Doutor Paulo, Coronel Henrique e Doutor Wilson Batista, em que requerem seja realizada visita ao secretário de Estado de Saúde para debater a situação da Santa Casa de Caridade de Formiga, com a presença de representantes da instituição e dos municípios que possuem contratualização com a Santa Casa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2019.

Carlos Pimenta, presidente – Doutor Paulo.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/7/2021**

Às 16h6min, comparecem à reunião os deputados Mauro Tramonte e Professor Cleiton, presencialmente, e Fernando Pacheco e Gustavo Mitre, remotamente, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Mauro Tramonte, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.185/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. pedido de informações sobre o Fundo de Assistência ao Turismo – Fastur –, gerido por essa instituição, especificando-se seus últimos históricos de movimentação de recursos, incluindo suas fontes de arrecadação e despesas;

nº 9.396/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a relevância do mototurismo para o Estado e homenagear o Dia do Motociclista;

nº 9.397/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de fortalecimento e valorização dos circuitos turísticos mineiros, diante da retomada das atividades do setor do turismo em todo Estado;

nº 9.408/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Fazenda Irarema pela conquista da medalha de ouro na edição de 2021 do concurso de azeites de oliva, realizado na Itália, denominado Evo IOOC – Internacional Olive Oil Constest;

nº 9.599/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de reestruturação e fortalecimento do Fundo de Assistência ao Turismo – Fastur;

nº 9.600/2021, dos deputados Professor Cleiton, Fernando Pacheco, Gustavo Mitre e Mauro Tramonte, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a relevância das festas e exposições agropecuárias e as demandas dos setores envolvidos em sua realização.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2021

Mauro Tramonte, presidente – Professor Cleiton.

**ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/8/2021**

Às 9h39min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e os deputados João Magalhães, Duarte Bechir e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Sávio Souza Cruz e Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater as consequências para a população mineira do processo de privatização da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – proposto pelo governo federal. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails* recebidos por meio do Fale com as Comissões: do Sr. Leonardo Cássio Freitas Henrique, número 90765, solicitando ajuda para que Minas Gerais adote medidas para incluir, nos concursos públicos, mediante exames, laudos médicos e perícias, portadores de ceratocone (doença degenerativa da córnea); do Sr. Esteves Dimas Eduardo, número 91189, com vários questionamentos a respeito do cheque simbólico de uma relativa economia parlamentar num orçamento anual astronômico; do Sr. Antônio Pedro de Araújo Neto, nº 93054, solicitando ajuda da ALMG para retomar a isenção de IPVA para veículos com 10 anos de fabricação; da Sra. Beatriz Anacleto, enfermeira do Ipsemg em Patos de Minas, nº 92907, questionando a situação dos inúmeros funcionários de carga horária de 20 horas; do Sr. Rodrigo Magalhães Braga, nº 93114, solicitando a destinação de valores para a pavimentação da Estrada Lagoa da Serra. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 8/7/2021 do Sr. Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.208/2021. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 570/2015, no 1º turno (deputado João Magalhães); Projetos de Lei nºs 2.512 e 2.516/2021, ambos no 1º turno (deputado Raul Belém); Projeto de Lei nº 1.248/2019, no 1º turno (deputado Roberto Andrade). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A deputada Ione Pinheiro retirar-se da sala virtual. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.334/2017 (relator: deputado Duarte Bechir); 191/2019 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); 939/2019 (relator: deputado João Magalhães); 1.258/2019 (relator: deputado Duarte Bechir) e 1.269/2019 (relator: deputado Roberto Andrade) na forma do vencido em 1º turno; no 1º turno, do Projetos de Lei nºs 4.530/2017, 864/2019 (designado relator: deputado Roberto Andrade) e 1.315/2019 (relator: deputado Roberto Andrade) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; 4.742/2017 (designado relator: deputado Roberto Andrade) com a Emenda nº 1; e 2.383/2020 (relator: deputado Duarte Bechir), na forma original. O Projeto de Lei nº 122/2019 é retirado de pauta por deliberação da Comissão a requerimento do dep. Roberto Andrade. Os Projetos de Lei nºs 2.512 e 2.516/2021 são retirados de pauta pelo presidente por não cumprir pressupostos regimentais. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.803/2021 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Roberto Andrade. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.880/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.574/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações para que sejam apresentadas todas as atas de reuniões com entidades da sociedade civil, entidades

ambientais, entidades de moradores; atas de reuniões realizadas com quaisquer afetados pelo projeto de implantação e operação do rodoanel; atas de reuniões realizadas com entidades do setor empresarial relacionadas a atividades industriais, de mineração, de construção civil e imobiliárias; atas e correspondências técnicas com representantes do Dnit, da Semad, da Agência RMBH e com municípios da Região Metropolitana;

nº 9.575/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre os critérios de sustentabilidade social e ambiental para execução do projeto anunciado como Rodoanel, bem como os documentos onde estão formalizados tais critérios;

nº 9.608/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam estabelecidos os seguintes parâmetros para a construção do Rodoanel, tendo em vista a falta de estudos técnicos e planejamento da obra por parte do governo do Estado: que não seja construído em áreas de preservação ambiental, bem como em áreas onde possam ocorrer impactos em mananciais; que não sejam construídos túneis em regiões que possuem aquíferos; que sejam feitos e aprovados os estudos de impacto ambiental – EIA-RIMA – antes do início do processo licitatório para a realização das obras; que seja apresentado, antes do início do processo licitatório, o projeto para a sociedade e as comunidades diretamente afetadas pelas obras, com vistas a viabilizar uma discussão ampla e a aprovação; que seja apresentado todo o traçado para a construção do Rodoanel em vídeos 3D, de forma detalhada, de modo a facilitar a compreensão do projeto e sua discussão com a sociedade; que a sociedade e as comunidades tenham o direito de se manifestar por meio de documentos ou de audiências públicas, sem limite de tempo para manifestação; que seja revisado o valor do pedágio que está sendo proposto; que seja realizado o reassentamento prévio de todas as famílias que eventualmente sejam desapropriadas, mesmo na hipótese de que o Rodoanel seja construído fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte; que sejam realizados investimentos no atual Anel Rodoviário para redução ao máximo do volume de acidentes e melhoria do fluxo pelo menos nos pontos de maior congestionamento; que sejam feitas barreiras acústicas em todos os pontos em que a via do Rodoanel passar por áreas habitadas; que sejam construídas passagens subterrâneas para pedestres e fauna (corredores ecológicos); que seja instituída legislação para obrigar a passagem de veículos de carga pelo Rodoanel, e não pelo atual Anel Rodoviário; que seja informado à sociedade e às comunidades diretamente afetadas pelas obras se haverá permissão para o tráfego de caminhões de transporte de minério e se há previsão de pedágio diferenciado para compensar o dano que sempre causam nas pistas devido ao peso das cargas que costumam transportar;

nº 9.617/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do edital do programa Lixão Zero, lançado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA –, que pretende destinar R\$100 milhões para incinerar resíduos em Minas Gerais por meio da implantação de usinas para produção de combustível derivado de resíduos, colocando em risco o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, bem como a coleta seletiva;

nº 9.732/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizado debate público sobre o modelo de organizações sociais, Oscip's ou outras formas de gestão compartilhada para prestação de serviços na administração pública;

nº 9.733/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para a abertura de editais de credenciamento para laboratório de análise clínica, de radiologia e fisioterapia para o Município de Santa Vitória, visto que os servidores que necessitam da prestação desses serviços precisam se deslocar até Ituiutaba para serem atendidos;

nº 9.781/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o eventual descumprimento, por parte da Vallourec Mineração, do disposto no art. 12 da Lei nº 23.291, de 25/2/2019, que “Institui a Política Estadual de Segurança de Barragens”, tendo em vista denúncias de que a empresa estaria implantando projeto sem licença ambiental na Barragem Santa Bárbara, integrante da Mina do Pau Branco, de sua propriedade, localizada a aproximadamente 1 km da sede do Distrito de Piedade do Paraopeba;

nº 9.820/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao prefeito municipal de Belo Horizonte para debater os procedimentos necessários e as iniciativas que a prefeitura deverá tomar para garantir que o governo federal disponibilize a área do Aeroporto Carlos Prates ao município, tendo em vista que a propriedade do aeroporto é da União e que o encerramento das atividades aeroportuárias será em 31/12/2021;

nº 9.821/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Serra do Curral, no Município de Belo Horizonte, para a qual sejam convidados o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e o Conselho Estadual de Patrimônio Cultural, para verificar a situação da serra, tendo em vista o processo de tombamento em nível estadual de todo o seu conjunto e a recomendação do Ministério Público à Secretaria de Estado de Cultura para que o processo do referido tombamento seja submetido à apreciação do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural;

nº 9.822/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Wagner Gomes, metroviário e secretário-geral da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB –, ocorrido no dia 10 de agosto de 2021;

nº 9.829/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a realidade dos centros de referência em saúde mental de Belo Horizonte – Cersams –, em virtude do pedido de interdição feito pelo Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Iza Lourença, vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH; Leandra Patrícia de Oliveira, advogada do Sindicato dos Empregados em Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais – Sindimetro/MG; Joana Campos Brasil Baxter, assessora da Subsecretaria de Transporte e Mobilidade, representando o secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade; e os Srs. André Xavier, representante do Bloco Esperando o Metrô; Gustavo Henrique Loes Machado, pesquisador do Instituto Latino Americano de estudos socioeconômicos – Ilaese; Robson Gomes Silva, diretor da Cut Minas, representando o presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; Romeu José Machado Neto, presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais – Sindimetro; Miguel da Silva Marques, superintendente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU/BH – Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte – STU/BH; Marcos Roberto Feijó de Lima, diretor do Sindicato dos Metroferroviários de Alagoas e Afonso Carneiro Filho, ex-engenheiro da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU. A presidência concede a palavra a deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidente.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/8/2021**

Às 14h11min, comparecem à reunião os deputados João Leite, Coronel Henrique, Gustavo Mitre, Gustavo Santana, Roberto Andrade e Bosco, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Duarte Bechir e Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado João Leite, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registram-se as candidaturas dos deputados João Leite e Gustavo Mitre para os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente. Após votação nominal, são eleitos, por unanimidade, os deputados João Leite e Gustavo Mitre para

os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente. A seguir o deputado João Leite declara empossado como vice-presidente o deputado Gustavo Mitre a quem passa a direção dos trabalhos. Ato contínuo, o deputado Gustavo Mitre declara empossado como presidente o deputado João Leite, a quem retorna a presidência. O deputado João Leite designa como relator da matéria o deputado Roberto Andrade. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2021.

João Leite, presidente – Roberto Andrade.

 **ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,  
EM 17/8/2021****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

**2ª Fase**

**(das 16h15min em diante)**

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.155/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a prestação de serviço fretado de transporte rodoviário intermunicipal e metropolitano de pessoas. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Transporte opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Transporte, que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 4, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 2 a 6, 9 e 10. Com a aprovação do Substitutivo nº 4, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1, 7 e 8.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 44/2017, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas de Minas Gerais referentes ao exercício de 2014. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 9/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2015. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 10/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2016. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 11/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2017. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 12/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2018. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 473/2019, do deputado Coronel Sandro, que institui o Dia do Policial Militar Feminino. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto. A Comissão dos Direitos da Mulher opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 232/2019, do deputado Charles Santos, que altera a Lei nº 16.669, de 8 de janeiro de 2007, que estabelece normas para a adoção de material didático-escolar pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular, e a Lei nº 12.781, de 6 de abril de 1998, que proíbe a cobrança de taxa ou mensalidade em escola pública. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 328/2019, do deputado Celinho Sintrocel, que prioriza o atendimento de pessoas com problemas renais e pessoas transplantadas no Estado e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 695/2019, da deputada Ione Pinheiro, que declara patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado o modo de feitura dos tapetes ornamentais da Festa de Corpus Christi dos municípios mineiros. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.428/2020, da deputada Leninha, que dispõe sobre a oferta de absorventes higiênicos nas escolas públicas, nas unidades básicas de saúde, nas unidades e abrigos e nas unidades prisionais, em âmbito estadual, e dá outras providências. A Comissão dos Direitos da Mulher opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 864/2019, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita do Jacutinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

### 3ª Fase

Pareceres de redação final.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 10 horas do dia 17 de agosto de 2021, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução n°s 44/2017, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas de Minas Gerais referentes ao exercício de 2014; 9/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2015; 10/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2016; 11/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2017; e 12/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2018; e dos Projetos de Lei n°s 1.155/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a prestação de serviço fretado de transporte rodoviário intermunicipal e metropolitano de pessoas; 232/2019, do deputado Charles Santos, que altera a Lei n° 16.669, de 8 de janeiro de 2007, que estabelece normas para a adoção de material didático-escolar pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular, e a Lei n° 12.781, de 6 de abril de 1998, que proíbe a cobrança de taxa ou mensalidade em escola pública; 328/2019, do deputado Celinho Sintrocel, que prioriza o atendimento de pessoas com problemas renais e pessoas transplantadas no Estado e dá outras providências; 473/2019, do deputado Coronel Sandro, que institui o Dia do Policial Militar Feminino; 695/2019, da deputada Ione Pinheiro, que declara patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado o modo de feitura dos tapetes ornamentais da Festa de Corpus Christi dos municípios mineiros; 864/2019, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita do Jacutinga o imóvel que especifica; e 1.428/2020, da deputada Leninha, que dispõe sobre a oferta de absorventes higiênicos nas escolas públicas, nas unidades básicas de saúde, nas unidades e abrigos e nas unidades prisionais, em âmbito estadual, e dá outras providências; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de agosto de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 18 horas do dia 17 de agosto de 2021, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução n°s 44/2017, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2014, 9/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2015, 10/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2016, 11/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2017, e 12/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2018; e dos Projetos de Lei n°s 1.155/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a prestação de serviço fretado de transporte rodoviário intermunicipal e metropolitano de pessoas, 232/2019, do deputado Charles Santos, que altera a Lei n° 16.669, de 8 de janeiro de 2007, que estabelece normas para a adoção de

material didático-escolar pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular, e a Lei nº 12.781, de 6 de abril de 1998, que proíbe a cobrança de taxa ou mensalidade em escola pública, 328/2019, do deputado Celinho Sintrocel, que prioriza o atendimento de pessoas com problemas renais e pessoas transplantadas no Estado e dá outras providências, 473/2019, do deputado Coronel Sandro, que institui o Dia do Policial Militar Feminino, 695/2019, da deputada Ione Pinheiro, que declara patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado o modo de feitura dos tapetes ornamentais da festa de Corpus Christi dos municípios mineiros, 864/2019, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita do Jacutinga o imóvel que especifica, e 1.428/2020, da deputada Leninha, que dispõe sobre a oferta de absorventes higiênicos nas escolas públicas, nas unidades básicas de saúde, nas unidades e abrigos e nas unidades prisionais, em âmbito estadual, e dá outras providências; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de agosto de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/8/2021, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 8.817, 8.823, 8.224/2021, do deputado Sargento Rodrigues; 8.825/2021, do deputado Delegado Heli Grilo; 8.826/2021, da deputada Delegada Sheila; 8.835, 8.843 e 8.844/2021, do deputado Sargento Rodrigues, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a real situação financeira do Estado, conhecer os resultados fiscais e o saldo em caixa na conta única do Tesouro Estadual, em face do não-pagamento de ajuda de custo, diárias e férias-prêmio aos servidores públicos, civis e militares.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Cássio Soares, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Ulysses Gomes e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/8/2021, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o Turno Único das Mensagens nºs 100, 102 e 109/2020 e 114, 120, 122, 127 e 132/2021, do governador do Estado; de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 24/2015, do deputado Sargento Rodrigues; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 929/2015, do deputado André Quintão, 1.637/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.433/2016, da deputada Ione Pinheiro: e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2021.

Hely Tarquínio, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Redação**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Sávio Souza Cruz, Fernando Pacheco, Gustavo Valadares e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/8/2021, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2021.

Virgílio Guimarães, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e os deputados Duarte Bechir, Glaycon Franco, Raul Belém e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/8/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Leis nºs 1.189/2015, do deputado Arnaldo Silva, 3.919/2016, do deputado Cássio Soares, 4.335/2017, do deputado Bosco, 4.797/2017, do deputado Cristiano Silveira, 5.448/2018, do deputado Roberto Andrade, 447/2019, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, 848/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, 940/2019, da deputada Rosângela Reis, 1.001/2019, do deputado Braulio Braz, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Leis nºs 2.512 e 2.516/2021, do deputado Duarte Bechir, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2021.

João Magalhães, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Neilando Pimenta, Celinho Sintrocel, Charles Santos e Duarte Bechir, membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e os deputados Bartô, Doorgal Andrada, Cleitinho Azevedo, Douglas Melo e Elismar Prado, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para a reunião a ser realizada em 17/8/2021, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a prestação de serviço de fretamento de veículo de transporte coletivo para viagem intermunicipal e metropolitana no Estado.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2021.

Léo Portela, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Inácio Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/8/2021, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 2.185/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, e os Pareceres para o 1º

Turno dos Projetos de Lei n°s 1.030/2019, da deputada Leninha, e 2.275/2020, do governador do Estado; de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 8.912 e 8.913/2021, do deputado Mauro Tramonte; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Zé Guilherme, Doutor Paulo e Leonídio Bouças, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/8/2021, às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2021.

Professor Wendel Mesquita, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Visita da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e os deputados Gustavo Valadares, Leonídio Bouças e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 18/8/2021, às 14 horas, ao Presídio Inspetor José Martinho Drumond, no Município de Ribeirão das Neves.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta.



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 16/8/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução n° 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei n° 21.732, de 28/7/2015, da Resolução n° 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa n° 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Wagnerson Lucas Pereira de Andrade, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas.



## **ERRATA**

### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/8/2021, na pág. 21, onde se lê:

“Michael Condé”, leia-se:

“Michael Condé Prata”.